



# RELATÓRIO DE ANÁLISE VOLUMES 02 E 03

REF.: EDITAL DE CONCESSÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024  
- CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS  
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO  
CONDER

São Paulo, 21 de outubro de 2024.

MONICA SALLES  
LANNA:060683986  
09

Assinado de forma digital por  
MONICA SALLES  
LANNA:06068398609  
Dados: 2024.10.21 15:56:42  
-03'00'

**Mônica Salles Lanna**

Superintendência de Relacionamento e Governança em Licitações

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>I. TERMO DE RESULTADO DE ANÁLISE DA PROPONENTE CONSÓRCIO ILUMINA CONDER (SEGUNDA COLOCADA) .....</b>	<b>4</b>
<b>I.1 DADOS DA PROPONENTE.....</b>	<b>4</b>
<b>I.2 PROPOSTA COMERCIAL .....</b>	<b>4</b>
<b>I.2.1 Proposta Comercial Escrita (Volume 2).....</b>	<b>4</b>
<b>I.2.2 Atendimento às Questões Formais do Volume 02.....</b>	<b>5</b>
<b>I.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VOLUME 03).....</b>	<b>5</b>
<b>I.3.1 Documentos gerais.....</b>	<b>5</b>
<b>I.3.2 Habilitação Jurídica .....</b>	<b>6</b>
<b>I.3.3 Habilitação Econômico-financeira.....</b>	<b>7</b>
<b>I.3.4 Habilitação Fiscal e Trabalhista.....</b>	<b>8</b>
<b>I.3.4.1 Comentário .....</b>	<b>9</b>
<b>I.3.5 Atendimento às Questões Formais do Volume 03.....</b>	<b>9</b>

## **INTRODUÇÃO**

Em atendimento às obrigações assumidas pela B3 como assessora técnica especializada desta Comissão, apresentamos o resultado da análise realizada na 2ª via dos documentos dos Volume 2 de todas as Proponentes aptas e o Volume 3 apresentado pela proponente vencedora.

A atuação da B3 na análise de documentos se restringe à verificação do atendimento aos requisitos legais e editalícios, cabendo à Comissão as decisões relativas ao processo licitatório em epígrafe, as quais serão tomadas de acordo com seus próprios juízos de valor e convicções a respeito da qualidade da documentação ora analisada. Cumpre destacar que não compete à B3 subsidiar as tomadas de decisão supracitadas em qualquer meio alheio a este relatório, tampouco recomendar a assunção de riscos pela Administração Pública, a qual detém exclusiva legitimidade para quantificar os impactos de tal assunção.

Por fim, insta mencionar que este relatório não constitui análise final da documentação, resguardado o eventual exercício de prerrogativas indelegáveis pela Comissão.

## RELATÓRIO DE ANÁLISE - VOLUMES 02 E 03

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER



### I. TERMO DE RESULTADO DE ANÁLISE DA PROPONENTE CONSÓRCIO ILUMINA CONDER (SEGUNDA COLOCADA)

#### I.1 DADOS DA PROPONENTE

PARTICIPANTE CREDENCIADA				
RAZÃO SOCIAL	NECTON INVESTIMENTOS SP – FILIAL BTG PACTUAL CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.			
CNPJ	43.815.158/0008-07			
CONSÓRCIO ILUMINA CONDER				
CONSORCIADAS				
RAZÃO SOCIAL	CNPJ	NATUREZA JURÍDICA	NACIONALIDADE	PARTICIPAÇÃO
ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA	85.489.078/0001-74	Sociedade Limitada	Brasileira	25%
TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA	01.396.138/0001-14	Sociedade Limitada	Brasileira	25%
BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA	18.680.121/0001-97	Sociedade Limitada	Brasileira	50%

#### I.2 PROPOSTA COMERCIAL

##### I.2.1 Proposta Comercial Escrita (Volume 2)

ITEM DO EDITAL	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	PÁGINA DO VOLUME	ENTREGUE	VIGENTE	AUTÊNTICO	REGULAR
15	Proposta Comercial, conforme modelo constante do Apêndice 4 do Edital.	002	✓	✓	✓	✓

- **Valor:** R\$ 552.498,93 (quinhentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e três reais);
- **Vigência:** 180 (cento e oitenta) dias;
- **Data:** 10/09/2024, correspondente a data de Recebimento dos Volumes 1 e 2.

## RELATÓRIO DE ANÁLISE - VOLUMES 02 E 03

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER



### I.2.2 Atendimento às Questões Formais do Volume 02

ITEM DO EDITAL	FORMA	REGULARIDADE
13.2.4., (i)	Duas vias físicas idênticas, encadernadas separadamente, com identificação dos subtítulos "1ª via" e 2ª via".	✓
13.2.4., (ii)	Uma cópia simples da documentação em meio magnético (pen-drive), no formato padrão PDF (Adobe Acrobat), não editável.	✓
13.2.6.	Todas as páginas numeradas sequencialmente.	✓
13.2.6.1.	Termo de abertura e, como última página, "termo de encerramento" próprio, indicando, a quantidade de páginas da via.	✓
13.2.7. (ii)	Ter todas as suas páginas rubricadas por um dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS ou por um representante legal da PROPONENTE.	✓
13.2.8	Rubrica dos representantes credenciados ou da participante credenciada sobre o lacre de cada um dos ENVELOPES.	✓
13.2.9.	Documentos em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.	✓
13.2.9. (i)	Documentos em língua portuguesa.	✓
13.2.9. (ii)	Documentos em língua estrangeira, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem e traduzidos por tradutor juramentado.	-

### I.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VOLUME 03)

#### I.3.1 Documentos gerais

ITEM DO EDITAL	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	PÁGINA DO VOLUME	ENTREGUE	VIGENTE	AUTÊNTICO	REGULAR
13.1.3. (i)	Carta de apresentação, devidamente assinada, conforme constante do MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	002	✓	✓	✓	✓
13.1.3. (iii)	Declaração unificada, conforme MODELO DE DECLARAÇÕES GERAIS, devidamente assinada e acompanhada da comprovação dos poderes de seus signatários.	129 180 295	✓	✓	✓	✓

**RELATÓRIO DE ANÁLISE - VOLUMES 02 E 03**

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER

**I.3.2 Habilitação Jurídica**

ITEM DO EDITAL	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	PÁGINA DO VOLUME	ENTREGUE	VIGENTE	AUTÊNTICO	REGULAR
16.1.1.	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de suas alterações se não estiver consolidado, e de prova dos administradores da PROPONENTE em exercício, devidamente registrados no registro empresarial ou órgão competente.	013 134 189	✓	✓	✓	✓
16.1.2.	Se instituição financeira, a comprovação da autorização de funcionamento como instituição financeira pelo Banco Central do Brasil (BACEN).	N/A	-	-	-	-
16.1.3.	Se a PROPONENTE for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente, comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente.	N/A	-	-	-	-
16.1.4., (i)	Se Fundo de Investimento, cópia autenticada do instrumento de constituição e do inteiro teor do regulamento (e suas posteriores alterações, se houver) em vigor, devidamente acompanhados de documento comprobatório de seu registro em CVM.	N/A	-	-	-	-
16.1.4., (ii)	Se Fundo de Investimento, prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício.	N/A	-	-	-	-
16.1.4., (iii)	Se Fundo de Investimento, comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).	N/A	-	-	-	-
16.1.4., (iv)	Se Fundo de Investimento, comprovação de que este se encontra devidamente autorizado pela assembleia de cotistas a participar da LICITAÇÃO e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo em nome	N/A	-	-	-	-

## RELATÓRIO DE ANÁLISE - VOLUMES 02 E 03

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER



	do Fundo de Investimentos todas as obrigações e direitos que decorrem da LICITAÇÃO.					
16.1.4., (v)	Se Fundo de Investimento, comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a CVM	N/A	-	-	-	-
16.1.5.	Se pessoa jurídica estrangeira, adicionalmente, decreto de autorização ou equivalente e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.	N/A	-	-	-	-

### I.3.3 Habilitação Econômico-financeira

ITEM DO EDITAL	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	PÁGINA DO VOLUME	ENTREGUE	VIGENTE	AUTÊNTICO	REGULAR
16.2.1., (i)	Se sociedade empresária, certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) judicial(is) da comarca (varas cíveis) da cidade em que a sociedade estiver sediada, e, para o caso de comarcas onde há mais de um distribuidor, também se deve apresentar certidão comprobatória dos cartórios distribuidores da comarca do PROPONENTE.	021 142 202	✓	✓	✓	✓
16.2.1., (ii)	Se sociedade não empresária ou outra forma de pessoa jurídica, certidão negativa expedida pelo distribuidor judicial das varas cíveis em geral (processo de execução) da comarca do MUNICÍPIO onde a PROPONENTE está sediada.	N/A	-	-	-	-
16.2.3.	Se existente certidão apontando recuperação judicial ou extrajudicial, documento que comprove a sua capacidade econômico-financeira.	N/A	-	-	-	-
16.2.4.	Se entidade aberta ou fechada de previdência complementar, declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação	N/A	-	-	-	-

**RELATÓRIO DE ANÁLISE - VOLUMES 02 E 03**

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER



	ou intervenção da PREVIC, SUSEP ou órgão que a substitua.					
16.2.5., (i)	Se Fundo de Investimento, certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, com data de até 90 (noventa) dias corridos anteriores à DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, e, adicionalmente, também apresentar certidão atestando inexistência de processo de intervenção pelo Banco Central do Brasil em face da administradora do respectivo fundo.	N/A	-	-	-	-
16.2.5., (ii)	Se Fundo de Investimento, comprovante de que a administradora, a gestora e o fundo não estão em processo de liquidação judicial, mediante certidão expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sua sede, ou em liquidação extrajudicial perante o Banco Central do Brasil.	N/A	-	-	-	-

**I.3.4 Habilitação Fiscal e Trabalhista**

ITEM DO EDITAL	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO	PÁGINA DO VOLUME	ENTREGUE	VIGENTE	AUTÊNTICO	REGULAR
16.3.1., (i)	Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ.	022 143 203	✓	✓	✓	✓
16.3.1., (ii)	Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da PROPONENTE, ou declaração assinada pelo PROPONENTE de que não possui inscrição municipal e/ou estadual.	025; 026 146; 147 204; 208	✓	✓	✓	✓
16.3.1., (iii)	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	028 149 210	✓	✓	✓	✓
16.3.1., (iv)	Certidão negativa conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB, às	029 150 211	✓	✓	✓	✓



## RELATÓRIO DE ANÁLISE - VOLUMES 02 E 03

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER



	contribuições previdenciárias e à dívida ativa da União administrada pela PGFN.					
16.3.1., (v)	Prova de regularidade, quanto a tributos mobiliários, junto à Fazenda Estadual e Municipal da sede da PROPONENTE ou, na hipótese de não ser possível a emissão de certidão de ausência de débitos tributários em razão de a PROPONENTE não possuir inscrição estadual e/ou municipal, declaração assinada pela PROPONENTE, sob as penas da lei, de que nada deve à Fazenda Municipal e/ou Estadual.	030, 031 151; 152 212; 214	✓	✓	✓	✓
16.3.1., (vi)	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES e do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho).	032 153 217	✓	✓	✓	✓

### I.3.4.1 Comentário

A PROPONENTE apresentou certidões dentro do prazo de validade na DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES 1 e 2, e também incluiu as certidões atualizadas em invólucro anexo ao ENVELOPE 3, atestando a manutenção da regularidade na da DATA DE ENTREGA DO ENVELOPE 3.

### I.3.5 Atendimento às Questões Formais do Volume 03

ITEM DO EDITAL	FORMA	REGULARIDADE
13.2.4., (i)	Duas vias físicas idênticas, encadernadas separadamente, com identificação dos subtítulos "1ª via" e 2ª via".	✓
13.2.4., (ii)	Uma cópia simples da documentação em meio magnético (pen-drive), no formato padrão PDF (Adobe Acrobat), não editável.	✓
13.2.6.	Todas as páginas numeradas sequencialmente.	✓
13.2.6.1.	Termo de abertura e, como última página, "termo de encerramento" próprio, indicando, a quantidade de páginas da via.	✓
13.2.7. (ii)	Ter todas as suas páginas rubricadas por um dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS ou por um representante legal da PROPONENTE.	✓

## RELATÓRIO DE ANÁLISE - VOLUMES 02 E 03

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024 - CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER



13.2.8	Rubrica dos representantes credenciados ou da participante credenciada sobre o lacre de cada um dos ENVELOPES.	✓
13.2.9.	Documentos em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.	✓
13.2.9. (i)	Documentos em língua portuguesa.	✓
13.2.9. (ii)	Documentos em língua estrangeira, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem e traduzidos por tradutor juramentado.	-